

24 MAI 1985

Governo busca consenso para

Brasília —

Brasília — O Presidente José Sarney disse que o projeto de emenda para convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, "terá de ser muito bem-feito, definir todos os pontos e não pode ser uma proposta aleatória". Por isso, ele acredita que a emenda do Deputado Gastone Righi (PTB-SP) não deverá ser aprovada pelo Congresso, uma vez que ela "é imperfeita e incompleta". Ele, ao visitar a Câmara e o Senado, pediu o esforço dos políticos para chegar a uma Carta perfeita.

Sarney explicou que, em sua emenda, Righi "não especificou o tempo de duração da Assembléia Nacional Constituinte, nem define, por exemplo, quando o Congresso vai legislar ordinariamente, e quando como Constituinte". Segundo o Presidente, esses são alguns dos pontos que terão de ser bem explicitados no projeto a ser aprovado pelo Congresso e que resultaria de entendimento entre Executivo e Legislativo.

Tranquilo, o Presidente disse que não teme qualquer desgaste do Governo, caso a emenda do PTB não seja aprovada porque "não haverá dúvidas quanto às intenções do Governo". E adiantou: "Todos sabem que a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte é um dos pontos de honra da Aliança Democrática, que será cumprido fielmente, como todos os demais compromissos assumidos."

Sobre as pesquisas de opinião realizadas pelo Instituto Gallup, que demonstraram a confiança de 51% da população no seu Governo, o Presidente declarou: "Quando estamos em grande dificuldade, recebemos o apoio da população. E ela sabe que tudo faremos para acertar."

Righi recua e admite abrir mão da emenda

Brasília — O Deputado Gastone Righi, líder do PTB na Câmara, admite abrir mão de sua emenda propondo a convocação da Constituinte, que será votada no dia 12, em favor de uma nova emenda, que nasça do Legislativo e resulte de um entendimento unânime entre as lideranças de todos os partidos.

Em rápida conversa com o Presidente José Sarney, durante sua visita ao Congresso Nacional, o líder petebista agradeceu a demonstração de prestígio e respeito ao Legislativo. Não falaram sobre a emenda. Gastone, entretanto, viu a presença do Presidente e a flexibilidade manifestada ontem pelo líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga — que o recebeu para uma conversa reservada — como um sinal de que o Governo procura o caminho do entendimento com o Legislativo.

Ainda assim, mantém sua decisão de apresentar um substitutivo propondo eleições diretas para Presidente em 1986, caso o Governo venha a apresentar emenda própria convocando a Constituinte antes da votação de sua emenda. E avisa que os outros partidos de oposição farão o mesmo.

Nadir Rossetti, líder do PDT, admite que já está preparando o texto do substitutivo para esta eventualidade. PDS e PT também vão apoiar a emenda Righi no dia 12 de junho.

A reunião de lideranças com Pimenta da Veiga, para tratar da emenda, foi adiada para a próxima terça-feira. Righi considerou que isto dará tempo para amadurecer o entendimento entre Aliança Democrática e oposição.

— Agora podemos estar no caminho de um verdadeiro Pacto de Moncloa. O Governo respeita os partidos, que mantém suas posições e procuram o entendimento em favor da democracia — disse, ressaltando: "Não estou recuando em minha posição. Se não houver unanimidade a favor de nova emenda do Legislativo, deixo a minha na pauta e vamos até o fim".

O líder petebista prepara em seu gabinete cartazes convocando os parlamentares a comparecer à votação da sua emenda no dia 12 de junho.

— Minha emenda é muito boa. Anteontem demonstrei ao Pimenta da Veiga que se pode retirar qualquer dos elementos do texto, sem prejuízo do resto — defendeu.

Foto de A. Dorigivan

24 MAI 1985

JORNAL DO BRASIL

Assembleia Nacional Constituinte

Pimenta não teme mas adverte contra direta

Brasília — A ameaça de tentar convocar eleições presidenciais diretas em 1986, feita pelo Deputado Gastone Righi (PTB-SP), não intimida o líder do PMDB na Câmara dos Deputados, Pimenta da Veiga (MG). "Quem fala em eleições presidenciais para o próximo ano não atina para o risco desse precedente, o de lançar o país num regime de ausência de mandato", advertiu o líder, convencido de que não é isso o que o país quer agora.

"Extinguir um mandato presidencial, a qualquer tempo, é temerário, é querer lançar o país na instabilidade", prosseguiu Pimenta da Veiga, prevenindo: "É um risco enorme para a democracia que o Congresso Nacional ordinário possa diminuir o mandato do Presidente da República". Segundo o líder pemedebista, só a Assembléia Nacional Constituinte, com sua ampla soberania, pode limitar ou ampliar o mandato presiden-